

ABA PUBLICAÇÕES

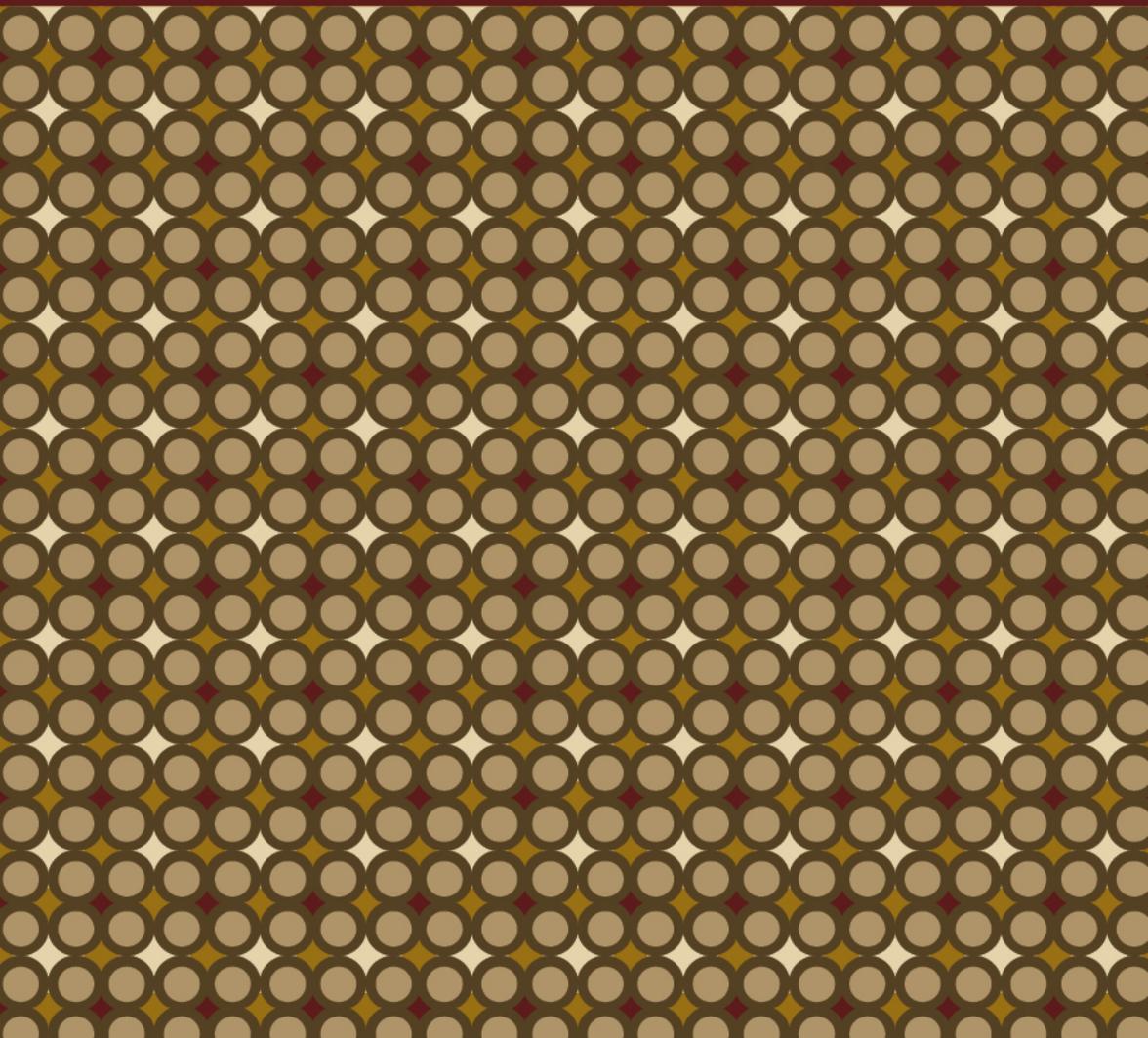
LACED
UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
INSTITUTO DE PESQUISA
EM HISTÓRIA, CULTURA
E DESENVOLVIMENTO

e-papers

A antropologia e a esfera pública no Brasil

Perspectivas e Prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60^o Aniversário

Antonio Carlos de Souza Lima | Jane Felipe Beltrão | Andrea Lobo
Sergio Castilho | Paula Lacerda | Patricia Osorio
organizadores



© Associação Brasileira de Antropologia, 2018.

Todos os direitos reservados a Associação Brasileira de Antropologia. É proibida a reprodução ou transmissão desta obra, ou parte dela, por qualquer meio, sem a prévia autorização dos editores. Impresso no Brasil.

ISBN 978-85-7650-582-2

Coedição Editora E-papers / ABA publicações

Revisão

Rodrigo Reis

Diagramação e Capa

Michelly Batista

O presente trabalho foi publicado com apoio: 1) da Faperj, por meio de Bolsa Cientistas do Nosso Estado, para o período de 2014–2017 (processo n. E-26/201.172/2014); 2) do CNPq, através de bolsa de produtividade em pesquisa (nível IB), no período 2016–2020 (processo n. 302706/2015-1), projetos que foram desenvolvidos no âmbito do Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (Laced)/Departamento de Antropologia/Museu Nacional-Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a coordenação de Antonio Carlos de Souza Lima. Contou também com recursos da Fundação Ford para a Associação Brasileira de Antropologia, sob a doação nº 130-1186-0 para o projeto “Diversidade Étnica, Direitos Territoriais Diferenciados no Brasil Contemporâneo: Produção, Sistematização de Conhecimentos, Disseminação de Informações e Intervenções em Debates Públicos Promovidos pela Associação Brasileira de Antropologia”, desenvolvido de 2013 a 2016.

Disponível no site da Editora E-papers

<http://www.e-papers.com.br>

Avenida das Américas, 3.200 bloco 1 sala 138

Barra da Tijuca – Rio de Janeiro – Brasil

CEP 22.640-102

CIP-Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

A641

A antropologia e a esfera pública no Brasil : perspectivas e prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º aniversário / organização Antonio Carlos de Souza Lima ... [et al.]. – 1. ed. – Rio de Janeiro : E-Papers ; Brasília : ABA Publicações, 2018.

664 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7650-582-2

1. Etnologia – Brasil. 2. Antropologia – Brasil. 3. Direitos Humanos – Brasil. 4. Pluralismo cultural. I. Lima, Antonio Carlos de Souza.

18-54212

CDD: 305.898

CDU: 39(81)

A antropologia e a esfera pública no Brasil

Perspectivas e Prospectivas sobre a
Associação Brasileira de Antropologia
no seu 60^o Aniversário

ANTONIO CARLOS DE SOUZA LIMA | JANE FELIPE BELTRÃO | ANDRÉA LOBO
SERGIO CASTILHO | PAULA LACERDA | PATRICIA OSORIO

organizadores

Rio de Janeiro, 2018

ABA PUBLICAÇÕES

 e-papers

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITOR

Roberto Leher

VICE-REITORA

Denise Fernandes Lopes Nascimento

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Leila Rodrigues da Silva

MUSEU NACIONAL

DIRETOR

Alexander Kellner

VICE-DIRETORA

Cristiana Serejo

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

CHEFE

Edmundo Marcelo Mendes Pereira

EXERCÍCIO 2017/2018

COMISSÃO DE PROJETO EDITORIAL

COORDENADOR

Antônio Carlos Motta de Lima (UFPE)

VICE-COORDENADORAS

Jane Felipe Beltrão (UFPA)

Cornelia Eckert (UFRGS)

Laura Moutinho (USP)

CONSELHO EDITORIAL

Alicia Norma González de Castells (UFSC)

Andrea L. M. Zhouri (UFMG)

Antônio Augusto Arantes Neto (UNICAMP)

Antônio Hilário Aguilera Urquiza (UFMS)

Camilo Albuquerque de Braz (UFG)

Carlos Alberto Caroso Soares (UFBA)

Carlos Guilherme Octaviano do Valle (UFRN)

Carmen Lúcia Silva Lima (UFPI)

Carmen Sílvia Rial (UFSC)

Cláudia Turra Magni (UFPEL)

Laura Graziela F. de F. Gomes (UFF)

Lea Carvalho Rodrigues (UFCE)

Levi Marques Pereira (UFGD)

Manuela Souza Siqueira Cordeiro (UFRR)

Maria Eunice de Souza Maciel (UFGS)

Maria Filomena Gregori (UNICAMP)

Mônica Lourdes Franch Gutiérrez (UFPB)

Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)

Patrícia Silva Osorio (UFMT)

Renata de Castro Menezes (UFRJ)

Wilson Trajano Filho (UnB)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

PRESIDENTE

Lia Zanotta Machado (UnB)

VICE-PRESIDENTE

Antonio Carlos Motta de Lima (UFPE)

SECRETÁRIO GERAL

Cristhian Teófilo da Silva (CEPPAC/UnB)

SECRETÁRIA ADJUNTA

Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF)

TESOUREIRA GERAL

Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (DAN/UnB)

TESOUREIRA ADJUNTA

Rozeli Maria Porto (UFRN)

DIRETORES/AS

Claudia Turra Magni (UFPEL)

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA JOSÉ BONIFÁCIO

PRESIDENTE

Sylvia da Silveira Mello Vargas

SECRETÁRIO GERAL

Luis Afonso Henriques Mariz

DIRETORA CIENTÍFICA

Helena Ibiapina de Lima

LABORATÓRIO DE PESQUISAS EM ETNICIDADE, CULTURA E DESENVOLVIMENTO (LACED)

COORDENAÇÃO

Antonio Carlos de Souza Lima e

João Pacheco de Oliveira

Fabio Mura (UFPB)

Lorenzo Macagno (UFRP)

Regina Facchini (Unicamp)

EXERCÍCIO 2015/2016

COMISSÃO DE PROJETO EDITORIAL

COORDENADOR

Antônio Motta (UFPE)

VICE-COORDENADORAS

Jane Felipe Beltrão (UFPA)

Patrice Schuch (UFRGS)

Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ)

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Zhouri (UFMG)

Antonio Augusto Arantes Neto (Unicamp)

Carla Costa Teixeira (UnB)

Carlos Guilherme Octaviano do Valle (UFRN)

Cristiana Bastos (ICS/Universidade de Lisboa)

Cynthia Andersen Sarti (Unifesp)

Fabio Mura (UFPB)

Jorge Eremites de Oliveira (UFPEL)

Maria Luiza Garnelo Pereira (Fiocruz/AM)

María Gabriela Lugones (Córdoba/Argentina)

Maristela de Paula Andrade (UFMA)

Mônica Lourdes Franch Gutiérrez (UFPB)

Patrícia Melo Sampaio (UFAM)

Ruben George Oliven (UFRGS)

Wilson Trajano Filho (UnB)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

PRESIDENTE

Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ)

VICE-PRESIDENTE

Jane Felipe Beltrão (UFPA)

SECRETÁRIO GERAL

Sergio Ricardo Rodrigues Castilho (UFF)

SECRETÁRIA ADJUNTA

Paula Mendes Lacerda (UERJ)

TESOUREIRA GERAL

Andréa de Souza Lobo (UnB)

TESOUREIRA ADJUNTA

Patrícia Silva Osorio (UFMT)

DIRETORES/AS

Carla Costa Teixeira (UnB)

Carlos Guilherme Octaviano do Valle (UFRN)

Júlio Assis Simões (USP)

Patrice Schuch (UFRGS)

Sumário

A antropologia e a esfera pública no Brasil – 60 anos da Associação Brasileira de Antropologia	9
<i>Antonio Carlos de Souza Lima Jane Felipe Beltrão Andréa Lobo Sergio Castilho Paula Lacerda Patricia Osorio</i>	
Anexo	19
“Cadê a ABA?”: a antropologia e a esfera pública no Brasil	23
<i>Carmen Rial</i>	
Inquietações, imprecisões e astúcias na produção e avaliação de desigualdades na governança da antropologia no Brasil	41
<i>Parry Scott</i>	
Contradições e desafios da política do Estado na implementação da PNGATI e o papel do antropólogo	55
<i>Jaime Garcia Siqueira Jr.</i>	
A inserção profissional dos antropólogos na esfera pública no Brasil	71
<i>Marco Paulo Fróes Schettino</i>	
A Antropologia e os Direitos Indígenas	81
Breve balanço sobre a situação territorial indígena após a Constituição Federal de 1988 no Brasil: conflitos fundiários, agronegócio e políticas de Estado em questão	83
<i>Fabio Mura Alexandra Barbosa da Silva</i>	
Antropologia e saúde indígena – 60 anos da ABA	107
<i>Carla Costa Teixeira</i>	
Direitos indígenas e políticas indigenistas na era petista	121
<i>Gersem Luciano Baniwa</i>	

Antropologia, Desenvolvimento e Povos Tradicionais	143
O desenvolvimento <i>fast track</i> : desafios para os antropólogos <i>Andréa Zhouri</i>	145
O duplo engajamento pesquisa-assessoria: relatos de experiências e alguns desafios <i>Raquel Oliveira</i>	157
Quilombo, aqui, nunca existiu! Reflexões sobre o “reconhecimento” quilombola <i>Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos</i>	179
Da terra ao território: notas para uma sociologia da crítica ao desenvolvimento <i>André Dumans Guedes</i>	197
Antropologia e Direitos Humanos	219
Direitos humanos e desigualdade. Balanços parciais a partir de perspectivas antropológicas <i>Lucía Eilbaum</i>	221
Inquisitorialidade, igualdade jurídica e direitos civis no Brasil: afinal, direitos humanos para quem? <i>Roberto Kant de Lima Glaucia Maria Pontes Mouzinho</i>	237
O direito às origens: segredo e desigualdade no controle de informações sobre a identidade pessoal <i>Claudia Fonseca</i>	273
Direitos humanos e as pessoas em situação de rua no Brasil: discutindo a legibilidade <i>Patrice Schuch</i>	303
Intolerância religiosa e discriminação racial: duas faces de um mesmo problema público? <i>Ana Paula Mendes de Miranda</i>	329

Antropologia, Gênero e Sexualidade **365**

Antropologia e questões de gênero e sexualidade no Brasil:
mais além da participação observante 367
Camilo Braz

Inserção Política: incômodo ou marca da Antropologia.
Gênero e Sexualidade, um caso particular? 373
Lia Zanotta Machado

Antropologia, prostitutas e migrantes: produção de conhecimento e
atuação política 411
Adriana Piscitelli

Antropologia e diversidade sexual e de gênero no Brasil:
tramas de políticas e saberes 433
Júlio Assis Simões

Antropologia e Patrimônio Cultural **449**

A antropologia nos processos de patrimonialização:
expansão e perspectivas 451
Renata de Sá Gonçalves
Izabela Tamaso

Políticas da cultura na cena pública: patrimônio, museus e
o direito à diferença 467
Antonio Motta | Luiz Oliveira

Fórum Interamericano e Caribenho do Patrimônio Cultural –
um breve histórico de sua constituição 493
Antonio Augusto Arantes

Antropologia, Universidade e Povos Indígenas **503**

Interculturalizar ou guaranizar a escola? Questão posta ao Brasil
plural 505
Almires Martins Machado | Jane Felipe Beltrão

A rebelião indígena na UFOPA e o desafio da interculturalidade 519
Florêncio Almeida Vaz Filho

Trajetória de antropólogo indígena e sua importância para os povos indígenas: desafios, conquistas e perspectivas.
Funções e desafios dos antropólogos indígenas no Brasil 537
Tonico Benites

Antropologia, migrações e deslocamentos 543

Migrações e deslocamentos: políticas nacionais, políticas globais e movimentos sociais 545
Bela Feldman-Bianco

Memórias de luta: brasileiros no exterior (1993–2010) 551
Bela Feldman-Bianco

Lei de Migração: avanços em um contexto de atraso 571
Marcia Anita Sprandel

O imigrante e o Estado da diferença 595
Igor José de Renó Machado

Governabilidade migratória e organismos internacionais 611
Guilherme Mansur Dias

“Nossos mortos têm voz”: deslocamentos sociais, afetos e ação política em perspectiva comparativa 629
Liliana Sanjurjo

Sobre os autores 651

Trajetória de antropólogo indígena e sua importância para os povos indígenas: desafios, conquistas e perspectivas.

Funções e desafios dos antropólogos indígenas no Brasil

Tonico Benites

Em primeiro lugar, apresento-me como antropólogo e indígena pertencente aos povos guarani e kaiowa, localizados no sul de Mato Grosso do Sul.

Gostaria de apresentar algumas reflexões sobre as funções, os desafios e as conquistas dos antropólogos indígenas ou indígenas formados em Antropologia ante as mobilizações interétnicas e reivindicações diversas dos povos indígenas aos sistemas do Estado-nação brasileiro. Essas reflexões, fundamentadas em minha experiência e posição de antropólogo indígena, podem ser um novo relato para a antropologia brasileira. As experiências relatadas aqui já foram apresentadas e debatidas em diversas mesas-redondas nas quais abordei o tema das funções de antropólogo indígena no contexto contemporâneo de relações interétnicas, de “educação indígena intercultural”, de disputa pelos cargos de professores e de conflito pela posse das terras entre os povos indígenas e os não indígenas fazendeiros no Brasil.

Para desenvolver uma breve análise sobre algumas funções dos antropólogos indígenas no contexto atual, é preciso mencionar que um indígena formado em Antropologia é antropólogo-pesquisador e, ao mesmo tempo, membro permanente de um povo indígena, que foi e é participante da rede de movimento e articulação política regional e nacional dos povos indígenas. No contexto histórico contemporâneo, os indígenas, após estudarem, pesquisarem e se formarem em Antropologia, não se desvinculam tanto de seu povo pesquisado quanto de estudos antropológicos e do grupo de pesquisadores da área de antropologia.

Nos últimos 10 anos, observo que alguns indígenas já formados e estudantes de Antropologia passam a assumir a função de relatores e porta-vozes de seus povos; tradutores das reivindicações e dos projetos dos povos indígenas que foram e são enviados aos órgãos do Estado e às organizações das sociedades nacional e internacional. Além disso, um antropólogo indígena já começa a assumir a função de professor da universidade, consultor, perito, assessor e tradutor do governo e da justiça do Brasil. No contexto atual, em que o antropólogo indígena passa a disputar o cargo com antropólogos não indígenas, na ocasião dessa disputa, o antropólogo indígena sempre foi e é desclassificado do cargo concorrido, enfrentando novo desafio para ocupar o cargo disputado com antropólogo não indígena. Há relatos indígenas de que, no seio da universidade pública, quando um antropólogo indígena conseguiu ocupar o cargo concorrido, foi considerado, por uma parte dos antropólogos não indígenas, muito importante, enquanto outros profissionais consideraram negativo e se sentiram incomodados com a presença de antropólogo indígena na universidade.

É importante destacar que, em diversos espaços dos órgãos públicos, nas ocasiões das reuniões e assembleias intercomunitárias e interétnicas, em geral, os antropólogos indígenas foram e são acionados para escrever, explicitar e traduzir algumas políticas públicas e programas sociais dos sistemas do Estado brasileiro para os povos indígenas. Dessa forma, o indígena formado em Antropologia começa a conviver e circular nos dois sistemas socioculturais e políticos, com conhecimentos complexos e distintos. Assim, os antropólogos indígenas passam a traduzir as políticas do governo aos povos indígenas, isto é, esses estudantes indígenas tentam traduzir tanto para os povos indígenas quanto para os agentes do Estado brasileiro.

Gostaria de destacar que, para se formarem nos cursos de Antropologia, os indígenas pesquisam seus próprios povos, como ficará claro a seguir. No momento atual, já como antropólogos/as, continuam pesquisando as demandas dos povos indígenas, que cada povo tem uma trajetória específica, uma luta e resistência histórica diante da política de dominação e territorialização promovida pelo Estado brasileiro ao longo dos séculos XX e XXI.

Destaco que, diante desse fato histórico, hoje, um dos desafios dos indígenas formados em Antropologia é a desconstrução ou descolonização dessas imagens preconceituosas e dos modos de vida negativos dos povos indígenas cristalizados historicamente na educação brasileira. Esses trabalhos árduos de desconstrução de “índios” dos livros didáticos e da grande mídia dominante desafiam o antropólogo indígena no contexto atual.

Destaco ainda algumas de minhas novas experiências, vividas no estado de Mato Grosso do Sul. Para analisar minha atuação como antropólogo indígena, mencionei o contexto da história de luta e resistência de meus povos guarani e kaiowa pelo reconhecimento e demarcação de suas terras tradicionais *tekoha*. Cito que, em meados de 1970 e no início de 1980, diante da resistência e da luta reiterada dos povos indígenas guarani e kaiowa para permanecer nas suas terras tradicionais, o órgão indigenista do governo começou a envolver antropólogos não indígenas na realização de estudos antropológicos sobre as comunidades indígenas e suas terras tradicionais demandadas.

Dessa forma, em meados de 1970, os antropólogos não indígenas passaram a descrever as histórias, os relatos, as reivindicações das terras e, sobretudo, as concepções vitais dos povos indígenas guarani e kaiowa, demonstrando as terras tradicionais específicas ocupadas e demandadas pelos povos indígenas. Assim, as narrações dos indígenas são sistematizadas pelos antropólogos, dando atenção merecida aos relatos e, sobretudo, à memória do povo guarani e kaiowa. Esses relatos indígenas constantes dos relatórios antropológicos contestaram as versões, as argumentações e os documentos oficiais dos fazendeiros, expedidos pelos órgãos do governo. Os povos guarani e kaiowa resistentes e reivindicantes de reconhecimento de suas terras tradicionais eram classificados ou acusados tanto pelos fazendeiros quanto pelos órgãos do Estado como índios criminosos, desobedientes e invasores das propriedades particulares. Naquele contexto histórico, o antropólogo ou estudo antropológico provou de forma oficial que as comunidades indígenas guarani e kaiowa eram habitantes ou moradores originais das terras reivindicadas e pertenceram ao lugar específico desde há muitos séculos; por essa razão, o antropólogo determinou a delimitação da extensão da área ocupada

pelos indígenas reivindicantes. Desse modo, pela primeira vez, em meados de 1980, a antropologia, os antropólogos e estudos antropológicos foram destacados oficialmente entre os povos indígenas guarani e kaiowa e fazendeiros.

Por conta dessa luta histórica pela demarcação das terras indígenas, emergiu uma “mesa de diálogo” promovida pelo governo federal na qual o antropólogo indígena começa a atuar como tradutor no ciclo de discussões acirradas sobre os conflitos fundiários. Entendo que essa tentativa de diálogo entre as lideranças dos povos indígenas e os fazendeiros é um desafio de tradução e atuação dos antropólogos indígenas, visto que se está lidando com um conflito que não se dá primordialmente no interior das comunidades indígenas, mas sim entre povos indígenas e os fazendeiros pela posse das terras, mediado pelos agentes do Estado nacional brasileiro.

Assim, importa ressaltar que, recentemente, em virtude de disputa e conflito fundiário histórico e da judicialização da demarcação das terras indígenas, surge a tentativa de conciliação e diálogo interétnico entre as lideranças dos povos indígenas e os fazendeiros, promovida pelo governo e pela justiça federal, ocasião na qual o antropólogo indígena é demandado para cumprir essa difícil e complexa tradução. Entendo que esse trabalho de antropólogo indígena está sendo fundamental tanto para os povos indígenas quanto para as partes envolvidas nas resoluções do litígio fundiário no Brasil.

Observo que a importância depositada nos antropólogos indígenas se dá sobretudo pelo fato de ser o próprio antropólogo indígena capaz de narrar a sua história, a sua luta e compreender as relações no mundo contemporâneo em que vive. Dessa maneira, os antropólogos indígenas estão sendo vistos pelos membros indígenas como um pesquisador indígena e atualizado. Ao mesmo tempo, o antropólogo indígena é visto como um indicador de possíveis soluções para problemas atuais; colocado, assim, em uma posição de muita responsabilidade. Por isso mesmo, a pesquisa e atuação do antropólogo indígena está sendo constantemente monitorada e analisada tanto pelos indígenas quanto pelos não indígenas.

É relevante considerar que os antropólogos indígenas são requisitados, em várias ocasiões e espaços, para discutir sobre as questões indígenas (demarcação de terras indígenas e políticas públicas vol-

tadas para os indígenas em geral). Dessa forma, antropólogos indígenas sempre estão passando por uma experiência múltipla e desafiadora, uma vez que conseguiram e conseguem debater e perceber, ao frequentar esses diversos espaços, as inúmeras opiniões, propostas e soluções pensadas acerca da situação indígena no Mato Grosso do Sul. As participações dos antropólogos indígenas nesses espaços nos permitiram entender as diferentes “soluções” pensadas para os povos indígenas em suas terras.

Enfim, quero destacar minha trajetória de antropólogo indígena. Sendo minha pesquisa participativa e implicada, posso compreender melhor o modo de ser, agir e pensar dos operadores de direito, dos pesquisadores de universidades, dos agentes indigenistas do Estado e de fora dele (ONGs), do governo e do Poder Judiciário brasileiro.

O curso de mestrado e de doutorado em Antropologia Social me proporcionou uma sólida base para compreender e respeitar as pessoas distintas e suas opiniões sobre os povos indígenas no Brasil.

Os cursos e o trabalho acadêmico foram vividos como um estágio muito árduo, mas também muito significativo para minha formação pessoal e acadêmica. Com base nas experiências adquiridas no curso de Antropologia e durante as pesquisas de campo, posso dizer que a área de antropologia, quando feita com seriedade, torna-se fundamental para entender de forma aprofundada as concepções, os interesses e as necessidades reais das famílias e dos povos indígenas abordados, levando sempre em consideração a sua história e o seu modo de viver e de ser múltiplo.

Como já dito, desde 1990 até os dias de hoje, na condição de estudante indígena e porta-voz do povo guarani e kaiowa, participei ativamente de diversos eventos locais, regionais, nacionais e internacionais. Hoje, como antropólogo indígena, quero mencionar minha participação em congressos, seminários e encontros nos quais pude proferir muitas palestras e denunciar questões graves, abordando temas complexos e polêmicos relacionados à questão da recuperação ou demarcação das terras indígenas, da educação escolar indígena, da saúde indígena, entre outros temas de importância para os guarani e os kaiowa. Em meio a esses eventos e assembleias indígenas importantes, elaborei, muitas vezes a pedido das lideranças indígenas, documentos diversos escritos em português nos quais consta-

vam as decisões e as reivindicações das lideranças. Diante dos problemas aflitivos que atingiam os guarani e kaiowa em geral, escrevi muitas petições e abaixo-assinados indicando as soluções possíveis do ponto de vista que as lideranças indígenas me expunham. Esses documentos foram enviados a múltiplas autoridades (Executivo, Judiciário e Legislativo), assim como a universidades e a pesquisadores de diferentes áreas.

Por fim, como indígena formado em Pedagogia e Antropologia, sinto-me desafiado a disputar cargos com pedagogos e antropólogos não indígenas e, sobretudo, buscar e indicar as possíveis soluções para as demandas reais dos povos indígenas. Assim, assumo uma grande responsabilidade, uma vez que uma das minhas funções é compreender, transcrever e traduzir em documentos escritos os pensamentos, as reivindicações e decisões transmitidas de forma oral pelas lideranças dos povos indígenas. A minha grande esperança é de que os conhecimentos indígenas e as reivindicações escritas dos povos indígenas sejam compreendidas e atendidas pelos sistemas do Estado brasileiro, sobretudo pelas universidades. Como qualquer antropólogo indígena do Brasil, encontro-me no contexto de disputa pelos trabalhos antropológicos e pelos cargos com antropólogos não indígenas, eu, na condição de antropólogo, pesquisador e indígena, entendo que essas experiências múltiplas narradas e vividas foram úteis e, ao mesmo tempo, são desafios novos tanto para minha vida pessoal quanto para minha atuação de antropólogo indígena no sistema do Estado-nação.